

Transparência: Boletim de Custos do Governo de Minas traz dados da aplicação do dinheiro público no Estado

Qui 11 setembro

O [Governo de Minas](#), por meio da [Secretaria de Estado de Fazenda \(SEF\)](#), publicou a segunda edição do Boletim de Custos do Estado de Minas Gerais, com dados referentes ao primeiro semestre de 2025. O documento apresenta à população mineira como o dinheiro público tem sido aplicado no Estado.

Estão disponíveis dados como pessoal, encargos, material de consumo, diárias e passagens, serviços de pessoas físicas e jurídicas, dívidas, sentenças judiciais, indenizações, impostos, taxas e contribuições.

O Boletim é mais um instrumento de transparência da contabilidade governamental e pode ser acessado no Portal de Custos de Minas Gerais, no site da SEF ([clique aqui](#)).

Produzido pelo Tesouro Estadual, o documento traz uma análise da distribuição dos custos nos órgãos e entidades estaduais sob diferentes perspectivas e encontra-se disponível juntamente com o painel interativo, que também foi atualizado com os dados até o mês de junho de 2025.

Os dados contábeis estão disponibilizados de forma simples, em gráficos, para fácil visualização e entendimento. O painel mostra as informações desmembradas, separadas por tipos de despesas e por órgãos do Executivo, Defensoria Pública, Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas.

□

"Uma das principais conclusões desse relatório é que a maior parte dos custos aferidos decorrem de despesas com pessoal — sejam servidores ativos ou aposentados —, nas suas diversas formas: salários, auxílios, obrigações trabalhistas e contribuições", afirma o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Gomes.

Simplificação

Em suas publicações, o Tesouro Estadual tem trabalhado a linguagem simples e de fácil entendimento para a população. Além de dar transparência, o Boletim de Custos é um documento que apoia os gestores públicos nos processos de tomada de decisão.

Em janeiro, foi publicada a primeira edição do Boletim de Custos, referente ao exercício de 2024.

O secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Gomes, aponta avanço na segunda edição, ao permitir comparar os períodos de 2024 e 2025.

"Essa análise comparativa ampliou a capacidade de verificar o comportamento dos custos e de avaliar o impacto patrimonial dos atos e fatos registrados no período", afirma Luiz Claudio.

